



**TRE
PARANÁ**

CONTRATO nº2022

PAD nº 3195/2022

**ANEXO VIII
Minuta de Contrato**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SEGURANÇA,
QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pela Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º/20...., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD n.º 003195/2022, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em, sito na Rua, telefone: (...), e mail:@....., neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF n.º xxx.....xx, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigia (CBO 5174-20) para os prédios da Justiça Eleitoral do Paraná durante as Eleições 2022 e para o evento da Diplomação 2022 a ser realizado em Curitiba em local determinado pelo TRE-PR.

1.1.1 - O estado do Paraná foi dividido geograficamente em regiões (conforme Anexo II):

(Adequar o contrato, conforme o lote ou item vencedor)

**Lote 1 (itens 1 e 2) – Capital;
Item 3 – Região 1;
Item 4 – Região 2;**

Item 5 – Região 3;
Item 6 – Região 4;
Item 7 – Região 5;
Item 8 – Região 6.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por lote/item, conforme Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

2.1 - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 - Locais da prestação dos serviços:

a) 1º turno e 2º turno (se houver) das Eleições 2022, na Capital, sede da Justiça Eleitoral do Paraná (Rua João Parolin, 224) e Fórum Eleitoral da Capital (Rua João Parolin, 55) Curitiba/PR.

b) Diplomação: no Teatro Positivo Grande Auditório, situado na Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 5300, Curitiba/PR.

c) 1º e 2º Turno (se houver) das Eleições 2022, no Interior do Estado do Paraná, nos Fóruns Eleitorais, conforme Anexo II.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1- As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2 - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A despesa com o presente instrumento correrá pelo
Programa de Trabalho;
Nota de Empenho:, emitidas em;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica: Custeio;
SIASG: 23795

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de 3 (três) meses, a partir de/....../2022 a 30/12/2022, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do Contratante, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA PAGAMENTO

6.1- O Contratante pagará à Contratada, o valor total de R\$(.....), abaixo discriminado, de acordo com o valor do Turno respectivo *(adequar conforme o item/lote)*:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	(A) QUANT. DE POSTOS	CARGA HORÁRIA POR POSTO	(B) VALOR UNITÁRIO POR POSTO PARA A CARGA HORÁRIA TRABALHADA	(C= A X B) VALOR TOTAL DO 1º TURNO	D = (A x B) = VALOR TOTAL DO 2º TURNO (SE HOVER)	E = (C + D) = VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Vigias para o dia da Eleição (Capital)	22	8h/dia (14h às 22h com 1 hora de intervalo), referente aos dias 02/10/2022 e 30/10/2022 (se houver 2º Turno)				
						VALOR TOTAL (A) X (B) R\$		
	2	Vigias para o dia da Diplomação (Capital) 19/12/2022	20	9h/dia (12h às 21h com 1 hora de intervalo)				
Valor Total do item 1 + item 2:								

ITEM	DESCRIÇÃO	(A) QUANT. DE POSTOS	CARGA HORÁRIA POR POSTO	(B) VALOR UNITÁRIO POR POSTO PARA A CARGA HORÁRIA TRABALHADA	(C= A X B) VALOR TOTAL DO 1º TURNO	D = (A x B) = VALOR TOTAL DO 2º TURNO (SE HOVER)	E = (C + D) = VALOR TOTAL (R\$)
.....	Vigias para a Região	72 horas (setenta e duas horas) ininterruptas, iniciando às 19h da sexta-feira que antecede as eleições, até às 19h da segunda-feira após as eleições, referente aos dias: 28/10/2022 a 31/10/2022 e 30/09/2022 a 03/10/2022 (se houver 2 Turno)				

6.2 - O pagamento será realizado em duas parcelas, após o 1º Turno e após o 2º Turno, se houver.

6.2.1 - O pagamento relativo ao Segundo Turno está condicionado à sua realização.

6.3 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

6.4 - Do documento fiscal:

6.4.1 - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à SESEG. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail seseg@tre-pr.jus.br, caso não seja possível lançar no sistema.

6.4.2 - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.4.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada);
- f) Valor unitário e total discriminados
- g) Sem qualquer rasura.

6.5 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

6.6 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.6.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

6.6.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até R\$ 17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

6.6.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

6.6.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá

deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

6.6.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

I = $(6/100)/365$

6.7 - Da regularidade fiscal:

6.7.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.7.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.7.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.7.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.7.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - O reajuste dos contratos com vigência de até 01 (um) ano encontra-se suspenso

até disciplinamento diverso e nas condições de legislação federal.

8.2 - O valor correspondente ao custo da remuneração da mão-de-obra, utilizada na execução do serviço, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre o serviço contratado, será repactuado após o decurso de um ano a contar da data da Convenção Coletiva de Trabalho a que a proposta se referir, se for o caso.

8.2.1 - A CONTRATADA deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho que ensejará a repactuação, bem como a pertinente planilha de custos atualizada.

8.2.2 - O valor correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta no objeto do contrato serão reajustados juntamente com a primeira repactuação da mão-de-obra, proporcionalmente aos meses decorridos da data limite para a apresentação da proposta, tendo com índice o IPCA.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

9.1.1 - São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidades

a) A irregularidade perante às certidões obrigatórias: FGTS, INSS e Fazenda Federal e Certidão Trabalhista, será, inicialmente, considerada infração de natureza LEVE, podendo, entretanto, se não regularizadas, ensejar infração GRAVÍSSIMA, podendo implicar rescisão unilateral do contrato;

b) A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução contratual, que serão classificadas em 04 (quatro) níveis:

I - Leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - Média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - Grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade, a exemplo: (atrasos, faltas e outros descumprimentos).

IV - Gravíssima: inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade, ou impossibilitando sua continuidade.

9.1.2 - Os descumprimentos acima relacionados poderão ensejar as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

b) MULTAS:

b.1) multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora, sobre o valor total do POSTO respectivo, pelo atraso injustificado na execução do objeto, com limite de 2 (duas) horas. O atraso superior a 2 (duas) horas será considerado como inexecução total do POSTO, podendo implicar rescisão unilateral da contratação;

b.2) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do turno respectivo para o cometimento de infrações de natureza GRAVE;

b.3) multa de 8% (oito por cento) sobre o valor total do turno respectivo para o cometimento de infrações de natureza MÉDIA;

b.7) multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato para os demais casos de inadimplementos gravíssimos, inadimplemento total do contrato ou pela cessação da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação;

b.8) MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.

9.2 - As multas estabelecidas poderão ser cumuladas com as sanções previstas no subitem 9.3.

9.3 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

9.4 – A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficaz as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

9.5 - As multas imputadas à CONTRATADA, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

9.6 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Será também causa de rescisão a ocorrência da hipótese prevista no art. 3º da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005 do Conselho Nacional de Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

12.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2022.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
p/ Contratante

² Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.